

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)**

RENAN LEAL PEREIRA

**O EMPREGO DO PELOTÃO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS OPERAÇÕES
DE PACIFICAÇÃO**

Resende

2019

RENAN LEAL PEREIRA

**O EMPREGO DO PELOTÃO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS OPERAÇÕES
DE PACIFICAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob a orientação do Cap Marco Aurelio de Avellar Bolze.

Resende

2019

RENAN LEAL PEREIRA

**O EMPREGO DO PELOTÃO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS OPERAÇÕES
DE PACIFICAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob a orientação do Cap Marco Aurelio de Avellar Bolze.

Aprovado em ____ de _____ de 2019:

Marco Aurelio de Avellar Bolze – Cap Cav
Orientador

Arthur Mota Elias – 1° Ten
2° Avaliador

Jasson Eggres Pando – 1° Ten
3° Avaliador

Resende
2019

*“Se você vai passar pelo inferno, não
pare de andar” Winston Churchill*

AGRADECIMENTOS

A Deus, a minha família que não mediu esforços para que eu chegasse até aqui, aos meus camaradas que ganhei na cavalaria e a meu orientador que colaborou para que os objetivos desse trabalho fossem atingidos.

RESUMO

LEAL, Renan Pereira. **O emprego do pelotão de cavalaria mecanizado nas operações de pacificação.** Resende: AMAN, 2019. Trabalho de conclusão de curso.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o emprego do pelotão de cavalaria mecanizado nas operações de pacificação. Nos últimos anos tem crescido a participação do Exército nas operações de não guerra, enquadradas em um contexto de garantia da lei e da ordem, fato que se evidencia com o decreto nº9.288, de 16 de fevereiro de 2018 que colocou a segurança pública do estado do Rio de Janeiro sob responsabilidade do Governo Federal. Tendo em vista esse novo contexto operacional é importante verificar se as frações da força terrestre encontram-se aptas a executar esse tipo de operação. A análise das características do ambiente operacional atual e do Pel C Mec permitiram verificar que o pelotão possui em sua essência, os atributos exigidos no conflito do amplo espectro.

Palavras-chave: Operação de pacificação. Pelotão de cavalaria mecanizado. Amplo espectro. Ambiente operacional.

ABSTRACT

LEAL, Renan Pereira. **The use of the mechanized cavalry platoon in pacification operations.** Resende: AMAN, 2019. Course Conclusion Paper.

The presente work aims to analyze the use of the mechanized cavalry platoon in pacification operations. In recent years there has been an increase in Army participation in non-war operations, in a context of guaranteeing law and order, the fact is evidenced by Drcree No. 9.288, of February 16, 2018, which placed security issue in the state of Rio de Janeiro under the responsibility of Federal Government. In view of this new operational context it is important to verify if the fractions of the army force are able to perform this type operation. The analysis of the characteristics of the current operating environment and Mechanized Cavalry Platoon allowed to verify that the platoon possesses in essence the attributes required in the conflict of the broad spectrum.

Keywords: Pacification operation, Mechanized Cavalry Platoon, Broad Spectre, Operating environment.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - As três dimensões do ambiente operacional	14
Figura 2- Apoio da população local, fator determinante para o sucesso da MINUSTAH.	17
Figura 3 - Tropas do Exército destroem barricada construída por criminosos.....	24
Figura 4 - Equipamento GLO previsto no CI 2-36.....	26
Figura 5 – Pelotão C Mec cumprindo missão de segurança de instalações	27
Figura 6 - Pel C Mec mobiliando um PBCVU	28

LISTA DE ABREVIATURAS

Adj Pel – Adjunto de pelotão

Cmt Pel – Comandante de Pelotão

EFD – Estado Final Desejado

Esqd C Mec – Esquadrão de Cavalaria Mecanizado

FA – Forças Armadas

F Ter – Força Terrestre

G Exp – Grupo de Exploradores

GC – Grupo de Combate

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

Mrt – Morteiro

Mrt Md – Morteiro médio

OG – Organização Governamental

OI – Organismos Internacionais

ONG – Organização não governamental

Op Pac – Operações de Pacificação

Op GLO – Operações de Garantia da Lei e da Ordem

PBCVU – Posto de Bloqueio e Controle em Vias Urbanas

Pç Ap – Peça de apoio

R Op – Rádio Operador

VBR – Viatura Blindada de Reconhecimento

VTL – Viatura Tática Leve

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
2.1	Revisão da literatura e antecedentes do problema.....	12
2.2	Referencial metodológico e procedimentos.....	12
3	O AMBIENTE OPERACIONAL DO SÉCULO XXI E AS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO	13
3.1	O ambiente operacional e as Operações no Ampla Espectro.....	13
3.2	Contexto estratégico para a realização das Operações de Pacificação no Território Nacional	15
4	FUNDAMENTOS DAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO	15
4.1	Conceituação.....	16
4.2	Princípios das Operações de Pacificação	16
4.3	Características das Operações de Pacificação	18
5	O PELOTÃO DE CAVALARIA MECANIZADO	21
5.1	Características, possibilidades e limitações	22
5.1.1	<i>Características</i>	22
5.1.2	<i>Possibilidades</i>	23
5.1.3	<i>Limitações</i>	23
6	O PELOTÃO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO	24
6.1	O Pel C Mec em ambiente urbano.....	24
6.2	Operação de controle de distúrbios	25
6.3	Mobiliando PBCVU	28
7	CONCLUSÃO	30
	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Os atentados do dia 11 de setembro de 2001 deixaram mais de 9 mil vítimas, entre mortos e feridos, e alertaram o mundo para um novo tipo de guerra não linear, em que todos são vulneráveis. Uma guerra com objetivos não mais estritamente políticos e imperialistas, mas também religiosos e ideológicos, cuja ideia motora é desestabilizar governos através do pânico geral.

Atualmente, o tema tem adquirido importância, pois, apesar de no Brasil não haver um histórico de atuação de células de grupos terroristas com ideologias semelhantes ao da Al Qaeda, o país acabou tornando-se um alvo em potencial, devido ao crescente número de grandes eventos que o país sediou em sequência desde 2007. Além desses possíveis inimigos o país tem enfrentado organizações criminosas que assemelham-se, pelo modo de operar, aos grupos terroristas internacionais.

O combate convencional tem afastado-se da realidade nacional, porém baseando-se no que preconiza no art. 142 da Constituição Federal o emprego do exército em operações de não guerra tem aumentado constantemente com o avançar do tempo. O decreto nº9.288, de 16 de fevereiro de 2018 é evidência do aumento do emprego, pois colocou na responsabilidade do Governo Federal a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Seu estudo é relevante para o meio militar, uma vez que esse cenário cada vez mais desafiador e complexo exige que as Forças Armadas estejam preparadas para enfrentar um inimigo que muitas vezes se mistura com a população e que opera de forma não linear. A tecnologia tornou-se uma ferramenta muito utilizada pelas forças adversas para manipular a opinião pública, para disseminar ideais e adquirir simpatizantes.

Além disso, o fato de só um lado do conflito atuar respeitando a legalidade limita ainda mais a liberdade de ação de exércitos regulares, algo que exigirá das tropas empregadas flexibilidade e preparação ainda maior. Do outro lado da legalidade encontra-se exércitos irregulares, o crime organizado, narcotraficantes e forças adversas atuando sem restrições legais e sem normas, gerando a Guerra Assimétrica.

Um ambiente operacional complexo exige que todas as frações da F Ter estejam aptas a atuar onde a situação exigir, com o uso proporcional da força e respeitando a legalidade. A presença constante de mídias e a fácil proliferação de conteúdo pelos aparelhos eletrônicos influenciam de forma significativa a opinião pública e conseqüentemente no modo de combater. O apoio da população é de fundamental importância para o sucesso da missão, logo, as tropas devem estar preparadas pra esse tipo de situação.

O ambiente operacional descrito acima, onde vários conflitos ocorrem ao mesmo tempo dentro do mesmo teatro de operações, é denominado conflito no Amplo Espectro. Enquadradas nos conflito do Amplo Espectro encontram-se as operações de pacificação realizadas nas comunidades do RJ, objeto de estudo desse trabalho.

O presente trabalho busca analisar o emprego do Pelotão de Cavalaria Mecanizado (Pel C Mec) nas operações de pacificação realizadas nas comunidades do Rio de Janeiro. Cujos meios vêm sendo modernizados e substituídos para que o rendimento do pelotão seja otimizado nessas operações.

Delimitamos o foco dessa pesquisa em analisar o ambiente operacional em que é realizado uma operação de pacificação, as características e princípios de uma Op Pac e finalmente em como o Pel C Mec pode ser empregado em uma operação de pacificação.

Nossas principais fontes foram o Caderno de Instrução do Pelotão de Cavalaria Mecanizado, o Manual de Operações do Exército e o manual de Operações de Pacificação. A presente monografia está assim estruturada:

No primeiro capítulo será abordado o ambiente operacional atual dando ênfase para suas características e peculiaridades. Para elaboração desse capítulo utilizamos como principal fonte de pesquisa o manual de Operações.

No segundo capítulo será abordado as operações de pacificação dando especial atenção para suas características e exigências quanto ao preparo da tropa. Para elaboração desse capítulo utilizamos como principal fonte de pesquisa o manual de Operações e o manual de Operações de Pacificação.

No capítulo seguinte será abordado o pelotão de cavalaria mecanizado dando ênfase para sua organização, suas características, suas limitações e suas possibilidades. Para elaboração desse capítulo utilizamos como principal fonte de pesquisa o caderno de instrução do pelotão de cavalaria mecanizado.

No último capítulo será abordado como o pelotão de Cavalaria mecanizado é empregado e como pode ser empregado nas operações de pacificação. Para elaboração desse capítulo utilizaremos como principais fontes de pesquisa o caderno de instrução do pelotão de cavalaria mecanizado e os manuais de Operações e o de Operações de Pacificação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O presente tema da pesquisa insere-se na linha de pesquisa de Operações Militares, conforme definido no artigo 4º, XXVIII da Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010, do Comandante do Exército Brasileiro.

2.1 Revisão da literatura e antecedentes do problema

O tema abordado é de fundamental importância pois atualmente o emprego do Exército em operações de não guerra tem crescido de forma exponencial, algo que ficou evidenciado com o decreto presidencial Nº 9.288, de fevereiro de 2018, que colocou a segurança pública do estado do Rio de Janeiro sob responsabilidade do Governo Federal.

Buscando identificar o que há de mais relevante disponível sobre o tema, pesquisamos alguns manuais e cadernos de instrução, dentre eles, destaca-se: o CI 2-36 – O Pelotão de Cavalaria Mecanizado, o manual de Operações e o manual de Operações de Pacificação.

2.2 Referencial metodológico e procedimentos

Visando pôr à prova o previsto em manual, comparando-se o que ele prescreve com o que é encontrado no ambiente operacional atual, formulamos o seguinte problema de pesquisa: O pelotão de cavalaria mecanizado está apto para ser empregado nas operações de pacificação realizadas atualmente no estado do Rio de Janeiro.

Partimos da hipótese de que o pelotão está apto devido a sua grande flexibilidade, que o torna capaz de atuar em diversos tipos de operação. Com o propósito de otimizar a pesquisa, adotamos o procedimento metodológico descrito abaixo.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para levantar as peculiaridades do ambiente operacional atual, e as características de uma operação de pacificação realizada no território nacional.

Em seguida realizamos uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de estudar o pelotão de cavalaria mecanizado. Levantar suas características, possibilidades, limitações e também a sua constituição.

Por fim, a partir das pesquisas realizadas, foi feito um estudo de como o pelotão de cavalaria mecanizado pode ser empregado nas operações de pacificação, respeitando as suas possibilidades e limitações previstas nos manuais.

3 O AMBIENTE OPERACIONAL DO SÉCULO XXI E AS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO

As evoluções tecnológicas do século XXI e as mudanças ocasionadas por elas na sociedade, causaram grandes alterações nas operações militares. Conduzindo as Forças Armadas (FA) a horizontes mais incertos e complexos fazendo a sua tarefa de defender a pátria muito mais árdua (BRASIL, 2017).

Os conflitos que antes apenas possuíam atores estatais quase não existem mais, os novos padrões da sociedade favoreceram o aparecimento de novos atores, sendo que algum deles não são estatais. Essa reconfiguração geopolítica provoca instabilidade nas relações de poder do Estado e suscita o enfrentamento regional e local (BRASIL, 2017).

Nessa conjuntura, redes criminosas encontram maior liberdade para atuar, beneficiando-se da instabilidade dos chamados estados falidos, com graves problemas de administração pública. Os conflitos causados por essas redes criminosas são caracterizados por sua longa duração, natureza crônica, baixa intensidade e por não possuírem soluções simples (BRASIL, 2015).

3.1 O ambiente operacional e as Operações no Amplo Espectro

A definição de ambiente operacional não se limita ao local onde as forças militares atuam, ele é a combinação das condições e circunstâncias que afetam a forma de emprego das forças militares. O ambiente operacional é formado por três dimensões, sendo elas: a dimensão física, a dimensão humana e a dimensão informacional (BRASIL, 2017).

Atualmente, diferente do que era feito nas guerras do século XX, quando a dimensão física recebia maior atenção durante a análise do ambiente operacional, as três dimensões são tratadas com a mesma relevância. Os elementos da força terrestre devem estar preparados para atuar em ambientes estratégicos previamente definidos como prioritários (BRASIL, 2017).

Para a análise da dimensão física, leva-se em conta os aspectos do terreno e condições meteorológicas na região que é alvo da operação. Os ambientes com características peculiares exigem uma tropa adaptada ao terreno e com desenvolvida capacidade de atuar de acordo com as necessidades dessas áreas (BRASIL, 2017).

Na dimensão humana o centro da análise é o indivíduo e a sociedade na qual ele está inserido. Ela engloba fatores sociais tais como educação, qualidade de vida, política, fatores econômicos, intenções e estrutura da sociedade (BRASIL, 2017).

A dimensão informacional engloba os meios utilizados para obter, produzir, difundir mídias e atuar sobre a informação. Com o avanço constante nessa área tecnológica a dimensão informacional tem ganhado destaque, pois há grande facilidade de disseminação de mídias atualmente (BRASIL, 2017).

Figura 1 - As três dimensões do ambiente operacional



Fonte: BRASIL, 2007, p 2-2

O ambiente operacional do século XXI é instável, inconstante e complexo, sendo difícil interpretá-lo e controlá-lo. Conforme é confirmado pelo fragmento abaixo:

No ambiente operacional contemporâneo, a opinião pública (nacional e internacional) tem se apresentado menos disposta a aceitar o emprego da força nas situações para as quais o Estado aplicava suas Forças Armadas (FA). Além disso, os Organismos Internacionais (OI), Organizações Governamentais (OG) e Organizações Não Governamentais (ONG) têm influenciado diretamente o gerenciamento de crises e a solução de conflitos, exercendo grande influência sobre as operações militares que têm sido desenvolvidas, cada vez mais, em ambientes humanizados ou no seu entorno, dificultando a identificação dos contêdores, bem como dos não combatentes, aumentando a possibilidade de danos colaterais decorrentes das ações desencadeadas (BRASIL, 2015, p. 2-2).

Esse novo contexto operacional exigiu um novo conceito de operação terrestre para o emprego do Exército Brasileiro, que foi denominado Operações no Amplo Espectro (BRASIL, 2015). Na qual está inserida, além de outras operações, as operações de pacificação que é objetivo de estudo desse trabalho.

3.2 Contexto estratégico para a realização das Operações de Pacificação no Território Nacional

No ambiente operacional contemporâneo forças convencionais, forças irregulares, população civil, destruição física e guerra de informação estão cerradamente interligados. A partir disso é possível definir o contexto estratégico para a realização das operações de pacificação, o qual é determinado pela: política, local onde será realizado a operação, pela legitimidade, pela credibilidade, pelo amparo legal e pela natureza das ameaças (BRASIL, 2015).

As operações dessa natureza sucedidas no âmbito nacional têm como característica, o emprego do Exército respaldado por diplomas de Estado de exceção. Por um período de tempo garantias fundamentais são suspensas para permitir presteza nas tomadas de decisão em situações de emergência (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, as operações de pacificação visam preservar ou restabelecer a ordem pública ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional. Ocorrem quando fica caracterizado a ruptura da lei e da ordem gerando calamidades de grandes dimensões (BRASIL, 2015).

4 FUNDAMENTOS DAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO

As operações de pacificação, no contexto dos conflitos no amplo espectro, se enquadram nas operações básicas realizadas pela força terrestre. O emprego do Exército ocorre combinando ações coercitivas e construtivas, sempre amparados pelo Estado (BRASIL, 2015).

As operações de pacificação ocorridas no território nacional podem abranger regiões em áreas nos diversos níveis, dimensões e interesses da segurança nacional, utilizando-se dos instrumentos estatais de defesa e diplomas legais. Em decurso disso são desencadeadas normalmente em ambiente conjunto/interagências, envolvendo um número considerável de vetores militares e civis (BRASIL, 2015).

4.1 Conceituação

Entende-se por operação de pacificação o emprego da força terrestre para restaurar ou manter a ordem pública diante da situação de calamidade de grandes proporções. Conforme o extrato abaixo:

As Op Pac compreendem o emprego do Poder Militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções, provocadas ou não pela natureza. Também ocorrem por meio de ações construtivas para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz (BRASIL, 2015, p. 3-2).

Pode ser idêntica as operações de apoio a órgãos governamentais em algumas situações, porém, se difere dessa quanto ao contexto em que é executada. As operações de pacificação são estabelecidas quando de estado de exceção (BRASIL, 2015).

4.2 Princípios das Operações de Pacificação

Segundo o que consta no manual EB20-MC-10.217 as operações de pacificação exigem abordagens não ortodoxas dos princípios operativos tradicionais. Além desses princípios convencionais elas se revestem de mais onze específicos.

O primeiro deles é o apoio da população. Para que a operação seja desencadeada em um ambiente mais favorável ao sucesso, a tropa precisa do apoio dos habitantes locais onde são realizadas as operações. A importância desse princípio fica evidenciada no trecho “A conquista de corações e mentes é primordial para o sucesso das Op Pac, e, para tal, o grau de satisfação dos moradores é um excelente indicador para mensurar o êxito nessas operações.” (BRASIL, 2015, p. 3-4).

No ambiente operacional em que são realizadas as operações de pacificação, desencorajar ações do oponente cresce de importância devido ao risco de efeitos colaterais além do necessário. Dessa necessidade surge mais um dos princípios específicos das operações de pacificação, o princípio da dissuasão, que por definição do manual é: “conjugação de esforços, particularmente por meio de demonstrações de força, especialmente do componente militar, que desencorajem oponentes ou potenciais adversários a realizar ações que prejudiquem o processo de pacificação” (BRASIL, 2015, p. 3-4).

Figura 2- Apoio da população local, fator determinante para o sucesso da MINUSTAH.



Fonte: G1, 2017.

Somente o emprego militar não é suficiente para o sucesso de uma operação dessa natureza, porém a força militar deve ser capaz de criar um ambiente seguro para a atuação dos vetores civis. Para que, através do princípio do enfoque nas ações construtivas, essas forneçam a reestruturação dos serviços essenciais e de outras condições que otimizem o desenvolvimento local (BRASIL, 2015).

Outro princípio presente nesse tipo de operação é o da flexibilidade na geração da força, que por definição do manual de pacificação, é:

as atividades e tarefas nas Op Pac são realizadas no ambiente interagências e exigem na composição do componente militar, em particular dos elementos de emprego da F Ter, estruturas flexíveis, adaptáveis e modulares, de acordo com os diplomas legais e protocolos específicos para cada missão. A capacidade de ser gerada para atender às Op Pac deve ser pautada pelos fatores determinantes inter-relacionados: doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (BRASIL, 2015, p. 3-4).

A proatividade dos elementos da força terrestre é essencial para que a Op Pac tenha credibilidade perante a população. Conforme fica definido no trecho abaixo:

as forças militares devem ser proativas no desencadeamento de suas atividades e tarefas, evitando posturas reativas às ações de forças oponentes. Além de minimizar o desgaste e possível desmoralização, a antecipação das ações por parte do componente militar é fundamental para evitar que a população local sinta-se desamparada. A obtenção e a manutenção da iniciativa alicerçam as Op Pac desencadeadas por forças militares, contribuindo para incrementar a possibilidade de alcançar o Estado Final Desejado (EFD) e contribuir para o retorno à normalidade (BRASIL, 2015, p. 3-4).

Os integrantes da força terrestre devem estar alinhados com as regras de engajamento, todos os seus atos devem estar adequados aos compromissos assumidos pelo Estado. O princípio da legalidade é essencial para não expor os integrantes do Exército a responsabilidades disciplinares, civis ou criminais (BRASIL, 2015).

O princípio da legitimidade é alicerçado na observância de valores centrados na moralidade e na correção de atitudes, sua observância é tão importante quanto o princípio da legalidade, pois a sua falta pode provocar uma campanha contrária ao processo de pacificação nos meios formadores de opinião pública (BRASIL, 2015).

O princípio da proporcionalidade diz respeito à correta correspondência entre ação e reação, para que se evite uso excessivo da força por parte dos integrantes da força terrestre. Ao princípio da razoabilidade compete a correspondência entre os meios e os fins, pautadas pela imparcialidade e restringindo o uso da força ao estritamente necessário (BRASIL, 2015).

O princípio da unidade de comando afirma que, nas operações de pacificação, as partes envolvidas na operação devem preferencialmente estar subordinados a uma única autoridade militar, para facilitar a coordenação e o controle das frações e assim se atinja o estado final desejado. Alinhando-se com essa ideia do princípio anterior surge o princípio da unidade de esforços, que diz que as partes envolvidas, sejam elas militares ou civis, devem trabalhar com objetivos comuns (BRASIL, 2015).

4.3 Características das Operações de Pacificação

A principal característica de uma operação de pacificação é que ela ocorre em um contexto de ruptura da ordem pública ou da paz social. Também é caracterizada pelo uso responsável do poder militar nacional em uma área que não está totalmente sob o controle do Estado (BRASIL, 2015).

O uso correto da combinação de ações coercitivas e construtivas também agrega outras duas características importantes: a credibilidade e a legitimidade, que contribuem decisivamente para o sucesso das missões. Além disso as Op Pac são respaldadas pelo Estado de Exceção e são executadas com suspensão temporária de direitos e garantias individuais (BRASIL, 2015).

Segundo o que consta no EB20-MC-10.217 há também as características peculiares das Op Pac, a primeira delas é: ações descentralizadas, pois devido ao amplo espectro de ações e da assimetria das ameaças, as frações da F Ter deverão estar presentes na maior parte da região a ser pacificada.

Outro princípio das Op Pac é que as ações táticas têm consequências estratégicas, ou seja, o comandante, em todos os níveis, deve fiscalizar se as suas ordens e planejamentos estão sendo executados da forma correta. Para que assim seja evitado que deslizos isolados da tropa empregada prejudique o EFD, resultando em fracassos estratégicos (BRASIL, 2015).

O ambiente complexo das Op Pac acaba tornando-se outro princípio dessas operações, pois há grande dificuldade de identificar e definir ameaças. Além disso a multiplicidade de atores e vetores civis e militares requer detalhada consciência situacional para o entendimento do ambiente operacional (BRASIL, 2015).

Por serem desencadeadas em um ambiente de constante mudança na área da informação, as Op Pac precisam respeitar o seguinte princípio: princípio da ampla utilização das operações de informação (BRASIL, 2015). Para assim neutralizar o inimigo na chamada guerra da informação e impedir que ele atue de forma a prejudicar a F Ter na conquista do apoio da população na região a ser pacificada.

Para o sucesso e a conquista do EFD é preciso de amplitude e continuidade de inteligência (BRASIL,2015). Deve haver produção e difusão de conhecimento constante do ambiente operacional onde se está atuando, principalmente em questões culturais e étnicas.

O ambiente complexo no qual está inserida uma Op Pac requer uma colaboração interagências, outra característica dessas operações. Conforme fica evidenciado no trecho:

a colaboração interagências tende a assegurar que as atividades e tarefas realizadas por determinado vetor (civil ou militar) leve em consideração os efeitos sobre as ações dos demais atores presentes em um TO/A Op. Normalmente, requer arranjos organizacionais elaborados em prol da unidade de esforço. As forças militares devem ser capazes de coordenar e sincronizar as suas ações com um grande número de agências civis, incluindo ONG e lideranças locais (BRASIL, 2015, p. 3-8).

O contato permanente com a população é uma característica constante das Op Pac, tornando o estudo detalhado da cultura, costumes, estrutura social e modo de vida da área a ser pacificada fundamental para o êxito das Op Pac (BRASIL, 2015). A atuação militar não é suficiente para o EFD e por isso há necessidade de “grande variedade de atividades e tarefas humanitárias” (BRASIL, 2015, p.3-8).

A consciência situacional é exigência de uma Op Pac, pois garante ao comandante a reação correta e proporcional a qualquer situação exigida pelo ambiente operacional. Além dessa característica deve-se levar em conta as considerações políticas, para que as operações estejam em correto alinhamento com os objetivos políticos do Estado (BRASIL, 2015).

Em consequência do ambiente operacional complexo encontrado atualmente é preciso ter um máximo aproveitamento das oportunidades de emprego, as oportunidades apresentadas para a realização de ações coercitivas e ou construtivas devem ser rapidamente aproveitadas. Para conquistar o apoio da população e mitigar o poder de combate do inimigo (BRASIL, 2015).

As Op Pac possuem múltiplos propósitos e atores, sendo que os propósitos não possuem grau de importância entre eles. Os atores podem ser civis ou militares tais como: órgãos de segurança, empresas privadas, ONG, mídia, lideranças locais. Por consequência disso as Op Pac devem ser planejadas e conduzidas de forma que beneficiem a interação entre todos os atores presentes no ambiente operacional criando uma cooperação interagências que conquiste o EFD (BRASIL, 2015).

Em uma Op Pac é necessário possuir superioridade de informações do ambiente operacional e de credibilidade sobre o inimigo. Fato que fica explícito no seguinte trecho:

para conquistar superioridade de informações, deve-se obter uma vantagem operativa derivada da habilidade de coletar, processar, disseminar, explorar e proteger um fluxo ininterrupto de informações aos comandantes em todos os níveis, ao mesmo tempo em que se busca tirar proveito das informações do oponente e/ou negar-lhe essas habilidades. É possuir mais e melhores informações do que o adversário sobre o ambiente operacional. Permite o controle da dimensão informacional por determinado tempo e lugar. A credibilidade se obtém em função da efetividade e capacidade de atendimento às expectativas da população local. Especial atenção deve ser dada ao relacionamento com a mídia, vetor fundamental para a visibilidade, credibilidade e legitimidade das ações do componente militar. Dessa forma, desde a comunidade internacional até a população local, tendem a perceber as ações coercitivas e construtivas realizadas como necessárias e legítimas (BRASIL, 2015, p.3-10).

As forças militares devem manter a permanente capacidade de usar a força, para serem capazes de realizar ações coercitivas em pronta resposta a qualquer escalonamento do conflito. O principal meio para a garantia de um ambiente estável e seguro, é a capacidade dissuasória e de atuação do componente militar responsável pela operação (BRASIL, 2015).

Com a evolução tecnológica na área da informação a presença constante da mídia virou uma das maiores características da Op Pac. Isso acaba dando maior visibilidade para as operações, podendo influenciar a opinião pública de forma positiva ou negativa para a F Ter, fazendo a retidão das atitudes dos componentes militares necessária para conquista dos objetivos propostos (BRASIL, 2015).

Outra característica constante nas Op Pac é a sua tendência de alongar-se no tempo, seus resultados são conquistados no médio e longo prazo. Por isso deve-se desenvolver

métodos de avaliação para verificar a eficiência das ações durante o desenrolar da operação e para evitar decisões equivocadas que não considerem o que já foi realizado por contingentes anteriores (BRASIL, 2015).

5 O PELOTÃO DE CAVALARIA MECANIZADO

O Pelotão de Cavalaria Mecanizado (Pel C Mec) é o elemento básico das forças mecanizadas, funcionando como a peça de manobra do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Esqd C Mec). O Pel C Mec é constituído por cinco grupos: Grupo de Comando, Grupo de Exploradores, Grupo de Combate, Seção VBR e Peça de Apoio (BRASIL, 2006).

Segundo o que consta no CI 2-36 o Grupo de Comando é a fração que mantém o controle sobre o pelotão. Nele está inserido o comandante do pelotão que é responsável pelas tomadas de decisão, também compõe o grupo de comando o rádio operador e o soldado exp/motr. O grupo é dotado de uma VTL (Viatura Tática Leve – Marruá) com uma Mtr 7,62 mm MAG e um rádio veicular nível pelotão e SU.

O Grupo de Exploradores é a fração de maior mobilidade e fluidez do Pel C Mec, normalmente vai à frente do restante do pelotão durante um reconhecimento. Composto de duas patrulhas e quatro VTL dotadas de Mtr 7,62mm (MAG), lançadores de rojão e sistema de comunicações nível pelotão (BRASIL, 2006).

A seção VBR é o elemento de choque do pelotão, possui em sua dotação dois canhões 90mm, 02 metralhadoras antiaéreas e 02 coaxiais, tornando-a a fração de maior poder de fogo do Pel C Mec. Devido a suas características está apta a realizar ações de reconhecimento, de segurança, de defesa e de ataque (BRASIL, 2006).

O grupo de combate (GC) é o elemento de combate à pé do Pel C Mec, é dotado de Mtr.50 e de dois L Roj AT-4, além do armamento individual de cada militar componente do grupo. Sua função básica é realizar o combinado Seç VBR-GC, porém devido a sua flexibilidade também realiza ações ofensivas, defensivas, pequenas ações de reconhecimento, balizamento e limpeza de eixos, particularmente quando o G Exp estiver empenhado em outras missões (BRASIL, 2006).

A peça de apoio (Pç Ap) é a fração que proporciona apoio de fogo indireto do pelotão, através do seu Mrt Md 81mm é capaz de abater alvos compensadores a dois quilômetros de distância. Normalmente por ser a última fração durante o deslocamento do pelotão é responsável pela segurança da retaguarda (BRASIL, 2006).

5.1 Características, possibilidades e limitações

Para o correto emprego da tropa mecanizada cabe a correta análise de três fatores, são eles: características, possibilidades e limitações do Pel C Mec. Nos tópicos seguintes desse capítulo esses aspectos serão explorados usando, principalmente, o CI 2-36 – O Pelotão de Cavalaria Mecanizado.

5.1.1 Características

O Pel C Mec é normalmente empregado segundo a sua constituição original, porém no âmbito do Esqd C Mec, os pelotões podem ser reestruturados e formar outros provisórios dando origem a pelotões formados pela junção das frações de mesma natureza. Na constituição original o Pel C Mec possui as seguintes características: mobilidade, potência de fogo, proteção blindada, ação de choque, sistema de comunicações amplo e flexível e flexibilidade (BRASIL, 2006).

Segundo o manual CI 2-36 - O Pelotão de Cavalaria Mecanizado, de 2006, a mobilidade é consequência da grande velocidade em estrada e da possibilidade de deslocamento através campo do Pel C Mec. Além da capacidade de transposição de obstáculos e do raio de ação das suas viaturas.

A potência de fogo do pelotão é garantida pela variedade dos seus armamentos orgânicos que possibilitam a execução de fogos diretos e indiretos. Utilizando-se de seus canhões 90 mm, meio mais nobre do pelotão, suas metralhadoras 7,62 mm MAG, seus fuzis M964 7,62 mm FAL e da sua peça de apoio o morteiro 81mm (BRASIL, 2006).

A proteção blindada do Pel C Mec é de grau relativo, já que apenas parte das viaturas do pelotão são blindadas. Essa relativa proteção garante que as guarnições possam combater, embarcados, sob os fogos de armas portáteis e estilhaços de granadas de morteiros e de artilharia (BRASIL, 2006).

Combinando-se a mobilidade, a potência de fogo e a proteção blindada tem-se a ação de choque. Suas frações ainda contam com meios de comunicação que asseguram ligações rápidas e seguras, tanto com o Cmt Esqd quanto entre as frações do pelotão (BRASIL, 2006)

Consequência de todas as outras características já citadas, e de sua estrutura organizacional, é conferida ao pelotão a flexibilidade. Característica essa que garante a atuação eficaz da fração em missões ofensivas, defensivas e em operações de reconhecimento e de segurança (BRASIL, 2006).

5.1.2 Possibilidades

Algumas possibilidades listadas no Caderno de Instrução CI 2-36 destacam-se por serem mais pertinentes as operações que são objetivos de estudo dessa pesquisa. Nesse contexto pode-se citar as seguintes possibilidades do Pel C Mec: participar de operações de reconhecimento, executar ações contra forças irregulares, realizar operações tipo patrulha e cumprir missões num quadro de garantia da lei e da ordem.

O ambiente operacional encontrado hoje é volátil, incerto e complexo, sua compreensão é fator fundamental para o sucesso das operações da F Ter (BRASIL, 2015), levantar informações é imprescindível para o planejamento do escalão superior e para o assessoramento da inteligência. A tropa mecanizada por ser a especialista em reconhecimento torna-se a mais capacitada para esse tipo de operação de levantamento de informações. “A maioria dos elementos da F Ter tem possibilidade de realizar ações de reconhecimento. No entanto, as unidades de cavalaria mecanizada são especificamente organizadas, equipadas e instruídas para cumprirem tais missões.” (BRASIL, 2017, p. 5-2).

A possibilidade do pelotão realizar ações contra forças irregulares, garante a participação do Pel C Mec em diversas missões pertinentes a uma operação de pacificação, pode-se citar: a escolta de comboios, a instalação de postos de segurança estáticos, mobiliar pontos de bloqueios de vias urbanas, entre outras ações contra forças irregulares (BRASIL, 2006).

Destaca-se ainda a capacidade que o pel C Mec possui de participar de operações de Garantia da lei e da ordem, ainda que, de forma descentralizada, integrando um batalhão de infantaria (BRASIL, 2006). Demonstrando que o pelotão é capaz de realizar missões específicas das operações de pacificação.

5.1.3 Limitações

Para o emprego do Pel C Mec nas operações de pacificação, o correto entendimento de suas limitações é tão importante quanto a análise de suas características e possibilidades. Dentre as limitações elencadas no CI 2-36, cabe ressaltar algumas que interferem na atuação do pelotão no ambiente operacional que é objeto de estudo.

Nas comunidades do estado do Rio de Janeiro, local onde geralmente ocorre as operações, a construção de barricadas e obstáculos artificiais para impedir a atuação das forças de segurança é uma ação comum dos criminosos. Isso interfere no emprego do Pel C

Mec tendo em vista a sua sensibilidade quanto a obstáculos naturais e artificiais (BRASIL, 2006).

Figura 3 - Tropas do Exército destroem barricada construída por criminosos



Fonte: UOL, 2018

A mobilidade limitada do Pel C Mec fora da estrada (BRASIL, 2006) também é um desafio ao emprego do pelotão nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que o próprio local já restringe a manobra e a mobilidade da tropa embarcada. As vielas estreitas impedem que as viaturas avancem depois de determinada posição.

A falta de uma viatura blindada no G Exp também traduz uma limitação do Pel C Mec, pois, em via de regra, o G Exp atua na vanguarda do pelotão. O alto poder de fogo da Pç Ap e da Seç VBR, contextualizado nas Op Pac, também configuram uma limitação do Pel C Mec, pois o seu emprego de forma convencional contraria o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

6 O PELOTÃO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO

Nesse capítulo será analisado como o pelotão de cavalaria mecanizado pode ser empregado nas operações de pacificação realizadas no território nacional. Para isso as conclusões serão pautadas no estudo realizado nos capítulos anteriores.

6.1 O Pel C Mec em ambiente urbano

Conforme já estudado nesse trabalho, o ambiente operacional do século XXI é complexo e instável, o risco de efeitos colaterais não desejados é considerável. Sendo assim o Pel C Mec pode ser empregado por ser uma fração flexível e com grande poder dissuasório.

Durante a Guerra do Iraque, as imagens de blindados no coração de Bagdá desmistificaram as dúvidas sobre a eficiência de frações blindadas em áreas humanizadas. O Coronel Perkins, Comandante da Spartan Brigade, disse aos seus oficiais que “[...] a única maneira de se terminar rapidamente esta guerra seria colocar tanks nos terrenos dos palácios de Sadam Hussein [...]”. Ao que parece, ele tinha certa razão (DEFESANET, 2015).

Dentro desse contexto o Pel C Mec pode realizar, respeitando a suas peculiaridades, missões de patrulhamento, operações de controle de distúrbios, de Garantia da Lei e da Ordem, segurança de instalações, mobilizar Postos de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas, bem como escoltas de comboio (BRASIL, 2006).

6.2 Operação de controle de distúrbios

Em sua tese, Gabriel Armondi Colvero Lajoia Garcia apresenta os tipos de ações que podem ser realizadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem e que enquadram-se como Operações de controle de distúrbios, são elas:

- a) assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do órgão paralisado;
- b) combater a criminalidade;
- c) controlar distúrbios;
- d) controlar o movimento da população
- n) manter ou restabelecer a ordem pública em situações de vandalismo, desordem ou tumultos;
- q) proteger os locais de votação;
- r) prover a segurança das instalações, material e pessoal envolvido ou participante de grandes eventos;
- s) realizar a busca e apreensão de materiais ilícitos;
- t) realizar policiamento ostensivo, estabelecendo patrulhamento a pé e motorizado;
- u) restabelecer a lei e a ordem em áreas rurais; e
- v) vasculhar áreas. (GARCIA, 2016).

Para cumprir as atividades acima citadas o pelotão precisa valer-se de sua flexibilidade, pois sua dotação e constituição original pode dificultar ou até impossibilitar o seu emprego. Cabe ressaltar que os princípios da proporcionalidade e razoabilidade fazem parte dessas operações e necessitam serem respeitados para que a atuação da força terrestre tenha credibilidade.

Uma possível solução seria a inserção, além do armamento individual previsto do CI 2-36, de armamentos e munições menos letais nas frações do pelotão. Esse armamento menos letal poderá ser espingardas calibre 12 com munição de elastômero, além de granadas específicas para controle de distúrbios, tais como: gás lacrimogêneo e spray de pimenta.

Figura 4 - Equipamento GLO previsto no CI 2-36



Fonte: BRASIL, 2006, Anexo A, p.8

Está previsto no CI 2-36 uma série de materiais que o Pel C Mec poderá receber em apoio à Op GLO. Segue abaixo:

colete balístico nível III, equipamento de proteção individual, capacete com viseira frontal, ombreira, protetor de mãos, caneleira, joelheira, cotoveleira, escudo de proteção balístico nível III com visor, cassetete, bastão tonfa, cassetete elétrico, máscara contra gases, balaclava, algemas descartáveis, granadas de efeito moral, de luz e som, lacrimogêneas, fuzil lançador de granadas fumígenas, espingarda calibre 12 com projétil de borracha, rádio portátil, spray de pimenta, detector de metais portátil, concertinas de 15 metros (BRASIL, 2006, anexo A, p. 8).

Outro princípio da Op Pac que atua em favor ao emprego do Pel C Mec nessas operações é o princípio do poder dissuasório, que desencoraja a ação do perturbador da ordem

pública. O Pel C Mec por ter todas as suas frações dotadas de viatura, possui grande poder dissuasório.

O poder de dissuasão deve ser explorado ao máximo visando-se evitar a adoção de medidas operativas [...] A VBR CASCAVEL e a VBTP URUTU poderão ser utilizadas, junto com a tropa, como meio de dissuasão e transporte, entretanto seus armamentos pesados (canhão 90mm e Mtr .50) não poderão ser empregados contra a força adversa, pelo seu elevado poder de destruição e morte (BRASIL, 2006, anexo A, p. 4).

Analisando as características do pelotão e das operações de pacificação conclui-se que a fração mecanizada é capaz de atuar em um ambiente urbano, num cenário de operação de garantia da lei e da ordem. Basta que adaptações sejam feitas quanto ao armamento orgânico do pelotão.

6.3 Segurança de instalações

De acordo com o que foi citado anteriormente nesse trabalho o Pel C Mec pode ser encarregado de realizar a segurança de instalações. No entanto, segundo o que menciona o anexo a do CI 2-36 – O Pelotão de Cavalaria Mecanizado, a organização do pelotão deve ser ajustada.

Figura 5 – Pelotão C Mec cumprindo missão de segurança de instalações



Fonte: BRASIL, 2006, Anexo A, p.47.

O modelo de organização do pelotão para esse tipo de ação previsto no Caderno de Instrução 2-36, é o seguinte:

- a) Um grupo de comando (Cmt Pel, Adj Pel, R Op)
- b) Um grupo de sentinela (Grupo de combate)

- c) Um grupo de choque (Seção VRB e Peça de Apoio)
- d) Um grupo de patrulha (Grupo de Exploradores)

O armamento das viaturas VBR CASCAVEL e o Mrt da Peça de apoio dificilmente serão utilizados, pois contrariam o princípio da proporcionalidade das operações de pacificação, porém suas viaturas serão usadas como meio de dissuasão e bloqueio (BRASIL, 2006).

6.3 Mobiliando PBCVU

Esse tipo de operação tem como objetivo o controlar o movimento da população da área e capturar elementos e materiais da força adversa na área de operações (BRASIL, 2006). O Pel C Mec é apto a cumprir esse tipo de missão, inclusive há no Caderno de Instrução do Pel C Mec a nova organização do pelotão, de formas a otimizar a atuação da tropa mecanizada.

O organograma previsto no CI 2-36 O Pelotão de Cavalaria Mecanizado é o seguinte:

- a) Grupo de Comando, composto pelo Cmt Pel, Adj Pel e pelo R Op;
- b) Grupo de Revista: composto pelos revistadores, anotadores, controladores de tráfego;
- c) Grupo de Segurança: composto pelos sentinelas;
- d) Grupo de Cobertura: composto pela reação.

Figura 6 - Pel C Mec mobiliando um PBCVU



Fonte: BRASIL, 2006, Anexo A, p.27.

Assim como nas ações anteriores o armamento das viaturas VBR CASCAVEL e o Mrt da Peça de apoio dificilmente serão utilizados, pois contrariam o princípio da

proporcionalidade das operações de pacificação. Mas a VBR CASCAVEL pode ser posicionada de maneira a usar o seu poder dissuasório e para forçar os indivíduos que passam pelo PBCVU a diminuir a velocidade (BRASIL, 2006).

7 CONCLUSÃO

O emprego do exército em combates convencionais está cada vez mais longe da realidade operacional atual, porém os conhecimentos e o preparo para esse tipo de combate não deve ser abandonados. Um país da dimensão do Brasil não pode se descuidar do seu preparo para uma possível guerra de caráter convencional.

Esse trabalho teve como objetivos analisar o complexo ambiente operacional do século XXI, as operações de pacificação inseridas nos conflitos do amplo espectro e por último analisar como o Pelotão de Cavalaria Mecanizado pode ser empregado nessas operações.

Primeiramente foi feito um estudo dessa nova realidade do ambiente operacional, buscando identificar suas características, princípios e peculiaridades. Foi possível através dessa pesquisa verificar o quão complexo, volátil e impreciso é o ambiente operacional encontrado hoje. Um cenário que não conta mais apenas com atores estatais, mas também com atores civis que podem influenciar o ambiente de combate.

Pode se verificar também a importância de a força terrestre embasar as suas ações pela legalidade, para que assim conquiste-se “corações e mentes” e apoio da sociedade, fator primordial para o sucesso de qualquer operação de pacificação.

Depois de analisar esse ambiente complexo buscou-se estudar o Pelotão de Cavalaria Mecanizado, para uma correta análise de sua composição, organização, suas características e limitações. Notou-se que o Pel C Mec é uma fração apta a atuar em diversos ambientes por ser uma tropa flexível e com grandes capacidades de adaptar-se a adversidades.

Um dos princípios das operações de pacificação é a utilização da dissuasão como meio de desencorajar ações do oponente. O Pel C Mec é uma fração que possui grande poder dissuasório, pois todas as suas frações possuem viaturas que podem ser usadas para intimidar ações criminosas e assim evitar efeitos colaterais indesejados.

Verificou-se também nas pesquisas que, dotado de armamento adequado para GLO, o Pel C Mec pode adaptar-se ao princípio da proporcionalidade e da razoabilidade das Op Pac e assim atuar nas mais diversas missões inseridas em uma Op GLO.

O armamento das viaturas VBR e o Mrt da Peça de apoio dificilmente serão utilizados, pois contrariam o princípio da proporcionalidade das operações de pacificação, porém suas viaturas serão usadas como meio de dissuasão e bloqueio.

A necessidade de superioridade de informações sobre o inimigo e sobre o ambiente operacional durante uma Op Pac, pode ser atendida pelo Pel C Mec, já que a tropa

mecanizada é especializada em reconhecimentos. Sendo assim o Pel C Mec pode ser utilizado em missões que visem levantar informações sobre o inimigo e sobre o ambiente operacional.

Por fim conclui-se com esse trabalho que o Pel C Mec está apto para o emprego no atual ambiente complexo e volátil, mesmo com suas limitações. Pois é uma tropa que reveste-se de grande flexibilidade podendo alterar sua organização, dotação e armamento. Além de seus meios orgânicos proporcionarem poder de fogo e proteção blindada suficiente para o contexto de uma operação de pacificação.

Concluindo o presente trabalho percebemos a importância do assunto, já que cada vez mais o Exército é empregado nesse tipo de operação. E a sua cavalaria deve estar sempre pronta para atuar em qualquer tipo de missão.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Seção de Instrução Especial. **Operações contra Forças Irregulares**. Resende: Acadêmica, 2016.

BENZI, O. M. O explorador moderno: missões de reconhecimento. **Defesanet**, Brasília, 3 set. 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/12087/O-Explorador-Moderno---Missoes-de-reconhecimento/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.217**: Operações de Pacificação. Brasília: Exército Brasileiro, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **C 2-1**: Emprego da Cavalaria. Brasília: EGGCF, 2001.

BRASIL. Ministério da Defesa. **CI-2-36/1**: O Pelotão de Cavalaria Mecanizado. Brasília: COTER, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. **C-2-20**: Regimento de Cavalaria Mecanizado. Brasília: EGGCF, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MF-10.103**: Operações. Brasília: Exército Brasileiro, 2017.

FRANCO, Mariana; STOCHERO, Tahiane. Missão de Paz no Haiti: veja altos e baixos nos 13 anos de presença militar brasileira. **G1**, São Paulo e Porto Príncipe, 30 de ago. de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-veja-altos-e-baixos-nos-13-anos-de-presenca-militar-brasileira.ghtml>>. Acesso em: 19 jun. de 2019.

GARCIA, G. A. C. L. **O Pelotão de Cavalaria Mecanizado em Operações no Amplo Espectro**. 2016. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Militares) – Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2016.

KAWAGUTI, Luis; BIANCHI, Paula. Militares montam base ao lado de boca de fumo em favela no Rio. **UOL**, Rio de Janeiro, 23 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/23/forcas-armadas-montam-base-ao-lado-de-boca-de-fumo-em-favela-no-rio.htm>>. Acesso em: 19 jun. de 2019.

MESQUITA, Alex Alexandre. O emprego de blindados em áreas urbanas. **Defesanet**, Brasília, 18 mar. de 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/18462/O--emprego-de-blindados-em-areas-urbanas/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.